

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de lanches e quentinhas, para atender as necessidades de toda a Rede Municipal de Saúde pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante:

Subsecretaria de Vigilância em Saúde/Setor de Promoção;
 Subsecretaria de Vigilância em Saúde/Vigilância Ambiental;
 Subsecretaria de Vigilância em Saúde/Programa IST/AIDS;
 Subsecretaria de Vigilância em Saúde/Programa Municipal de Controle de Tuberculose e Hanseníase;
 Centro de Referência em Saúde do Trabalhador-Ser I;
 Hemocentro Regional de Nova Friburgo;
 Subsecretaria de Atenção Básica;
 Programa Melhor em Casa;
 Estratégia de Saúde da Família;
 Subsecretaria de Atenção Básica/Imunização;
 Subsecretaria de Política sobre Drogas
 Conselho Municipal de Saúde

1.3. Fundamentação legal:

Pregão Eletrônico via registro de preço, nos termos do art. 28, I c/c 82 da Lei nº 14.133/21; art. 3º, Inciso V do Decreto Federal no 11.462/2023, de 31/03/2023.

1.4. Período:

01 (um) ano a contar da publicação da ATA de Registro de Preço, podendo ser prorrogado por igual período na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. Tipo:

Menor preço global por lote nos termos da Lei 14.133/21.

1.6. Aquisição, sob demanda, de lanches e quentinhas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	U/C	MARCA	QTDE
LOTE 01 – LANCHES GERAIS					
01	305348	Bebida pronta tipo néctar - 200ml	UND		10.312



		Bebida pronta para consumo, tipo néctar de fruta, com no mínimo 200ml, em embalagem Tetra Pak com canudo acoplado. Sabores aceitos: uva, laranja, abacaxi, pêssego ou manga. Requisitos: Embalagem original de fábrica, lacrada e integra; Rótulo com marca, lote, validade e informações nutricionais; Validade mínima de 60 dias na data da entrega.			
02	402158	Biscoito salgado tipo cream cracker - 10g a 15g Biscoito salgado tipo cream cracker, embalado individualmente, com peso entre 10g e 15g. Requisitos: Embalagem individual lacrada, com marca, lote, validade e demais informações obrigatórias; Produto crocante, seco, sem sinais de umidade ou odor estranho; Validade mínima de 60 dias na data da entrega.	UND		10.416
03	609217	Mini bolo - 40g a 60g Mini bolo industrializado embalado individualmente em embalagem lacrada, com peso entre 40g e 60g. Sabores variados, como chocolate ou baunilha. Requisitos: Embalagem original de fábrica, com marca, lote, validade e demais dados obrigatórios; Produto sem sinais de fermentação, umidade, bolor ou odor alterado; Validade mínima de 60 dias na data da entrega.	UND		10.326
04	445484	Água mineral sem gás - 500ml Água mineral natural, sem gás, envasada em garrafa plástica transparente de 500ml, com lacre de segurança. Requisitos: Produto devidamente registrado no Ministério da Saúde/Anvisa; Rótulo contendo CNPJ, fonte, lote, validade e registro; Validade mínima de 90 dias na data da entrega.	UND		9.766
05	446653	Requeijão, cream cheese ou queijo cremoso- 15g a 20g (blister). Produto lácteo cremoso tipo requeijão, cream cheese ou queijo cremoso, acondicionado em blister individual de 15g a 20g. Requisitos: Embalagem lacrada, com marca, lote, validade e ingredientes visíveis; Produto isento de grumos, com coloração e odor característicos; Validade mínima de 60 dias na data da entrega.	UND		10.416
06	462689	Geleia de frutas - 15g a 20g (blister) Geleia de frutas em blister individual de 15g a 20g, sabores; morango, goiaba ou uva.	UND		10.416



		Requisitos: Embalagem lacrada, com rótulo contendo informações obrigatórias conforme legislação vigente; Sem adição de corantes artificiais; Validade mínima de 60 dias na data da entrega.			
07	446384	Manteiga com sal - 10g a 15g (blister) Manteiga com sal, à base de leite pasteurizado, em blister de 10g a 15g. Requisitos: Produto deve conter somente ingredientes permitidos (sem gordura vegetal); Embalagem lacrada, com marca, lote, validade e composição; Validade mínima de 60 dias na data da entrega.	UND		10.416
08	456469	Biscoito doce tipo maisena - 9g a 11g Biscoito doce tipo maisena, embalado individualmente, com peso entre 9g e 11g. Requisitos: Embalagem lacrada com identificação do fabricante, lote, validade e peso: Produto crocante, seco, sem sinais de umidade ou alteração de odor; Validade mínima de 60 dias na data da entrega.	UND		10.326
LOTE 02 – KIT DE LANCHES PARA O HEMOCENTRO					
09	3697	02 fatias de pão de forma tradicional + 01 fatia de queijo (prato ou minas 30g) + 01 Barra de chocolate ao leite individual (25g a 35g) + 01 caixa de achocolatado (200ml) + 150g de fruta inteira sem casca ou porcionada (uva, morango, laranja, manga, melão, mamão, melancia, maçã, banana prata) + 01 Bolo individual industrializado sabores-baunilha, ou chocolate, ou morango (40g) + 01 Suco de fruta (200ml), tipo néctar de frutas, embalagem tetrapack,(sabores uva, maracujá, laranja, goiaba) + 01 Café (120ml) <u>OBS: Sempre quando solicitado, o lanche do Hemocentro deverá ser entregue com açúcar, adoçante, descartáveis que forem necessários para o consumo do lanche: guardanapos, copos térmicos, talheres, embalagens para as frutas, embalagem para sanduíches, palheta plástica para café. Sempre de acordo com a necessidade do serviço e solicitação do responsável.</u>	KIT		9.108
LOTE 03 – QUENTINHAS – EXCLUSIVO ME, EPP e MEI.					
10	3697	Quentinhas contendo: (150g de arroz, 100g de feijão, 200g de carne assada, 200g de legumes cozidos e 50g de farofa) - 700g Maçã tipo nacional, peso mínimo 100 gramas, embalada individualmente com filme PVC no	KIT		1.519



		ponto de maturação adequado para o consumo, não devendo estar danificado por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos apodrecidos, livre de sujidades e larvas. Acondicionada de forma adequada. Bebida pronta, tipo néctar de frutas, elaborada a base de água, polpa de fruta e açúcar, acondicionada em embalagem descartável, individual lacrada, constando: Identificação do produto, marca, fabricante, lote e validade.			
--	--	--	--	--	--

1.7. O objeto desta contratação se enquadra como bem comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por aquisições usuais de mercado, não sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da publicação da Ata de Registro de Preço, podendo ser prorrogado por igual período na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.9. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, tendo em vista que se trata de uma necessidade constante, utilizada frequentemente dentro da unidade de saúde, sendo a vigência anual mais vantajosa para a Administração, com possibilidade de prorrogação, conforme o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

2.2. O quantitativo acima descrito atenderá à demanda dos Requisitantes em campanhas, eventos, reuniões, sessões e demais eventos organizados pelas Unidades e Dispositivos de Saúde, conforme justificativas apresentadas aos autos em seus respectivos documentos requisitórios.

2.3. O cálculo utilizado para a definição do quantitativo foi baseado no número de profissionais/participantes envolvidos nos eventos / planilhas de histórico de consumo, conforme informações narradas pelas Unidades Requisitantes nos documentos inseridos aos autos.

2.4. HEMOCENTRO REGIONAL: A presente contratação de lanches para o Hemocentro Regional de Nova Friburgo é indispensável para garantir o funcionamento adequado da unidade, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 158/2016, que define o regulamento técnico de procedimentos hemoterápicos. Esse regulamento recomenda expressamente a oferta de lanches aos doadores como medida essencial para preservar sua integridade física.

Art. 47. Será oferecida ao doador a possibilidade de hidratação oral antes da doação e os doadores que se apresentarem em jejum prolongado receberão um lanche antes da doação.



Art.74 § 2º É aconselhável a oferta de lanche ao doador. Conforme disposto no Artigo 47 da referida portaria, deve-se oferecer hidratação oral aos doadores antes da coleta, além de fornecer um lanche àqueles que se apresentarem em jejum prolongado.

2.4.1. O Artigo 74, §2º, reforça essa diretriz ao aconselhar a oferta de lanches aos doadores, evidenciando a importância dessa prática para a segurança e o bem-estar dos voluntários.

2.4.2. Os lanches fornecidos deverão ser compostos por produtos de qualidade comprovada, frescos e dentro do prazo de validade. O fornecedor deverá garantir a entrega rigorosa dentro do horário estipulado, considerando o funcionamento da unidade requisitante. Os sanduíches deverão conter queijos tipo prato e minas, em proporção igual (50% de cada tipo), cada fatia de queijo deverá ter o peso igual a 30g. As frutas deverão ser entregues frescas, maduras, higienizadas, cortadas, embaladas individualmente e prontas para o consumo. O fornecedor deverá oferecer variedade, atendendo a todos os tipos de frutas solicitados. O café deverá ser entregue em garrafas térmicas, acompanhado de açúcar e adoçante em sachês individuais, além de palhetas para mexer. O café deverá ser servido aos doadores em copos térmicos de isopor com capacidade de 120 ml, sendo um copo de café por kit fornecido. O café deverá apresentar boa qualidade, conforme as seguintes especificações: café torrado e moído, com sabor intenso, característica extra forte, embalado a vácuo em pacotes de 500 g, com o selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) ou, na ausência deste, laudo de análise emitido por laboratório habilitado pela REBLAS/ANVISA, comprovando a qualidade do produto. O produto deverá ter sido embalado no prazo máximo de 90 dias antes da data da entrega. Sempre que solicitado, os lanches destinados ao Hemocentro deverão ser entregues acompanhados de açúcar, adoçante em sachês individuais, e todos os descartáveis necessários para o consumo, incluindo guardanapos, copos térmicos, talheres, embalagens individuais para frutas e sanduíches, palhetas plásticas para o café, conforme a necessidade do serviço e mediante solicitação do responsável designado e obedecer à quantidade de kits solicitados.

2.5. CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR: Lanches para a equipe do CEREST Se 1 realizar ação de regionalização nos municípios da área de abrangência.

Considerando que a execução das ações voltadas para a saúde do trabalhador é atribuição do SUS, prescritas na Constituição Federal de 1988 e regulamentadas pela Lei Orgânica da Saúde de 1990. Considerando que a criação da RENAST (Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador) foi estabelecida através da portaria 1.679/2002 do Ministério da Saúde, sendo ampliada na portaria 2.437 de 07/12/2005 e sua recente ampliação na Portaria 2.728 de 11/11/2009, integra a rede de serviços do SUS por meio de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), que junto às áreas técnicas de Saúde do Trabalhador, no âmbito municipal de saúde, têm o papel de prover retaguarda técnica especializada para o conjunto de ações e serviços da rede SUS.

2.6. SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA: A contratação do serviço dessa natureza justifica-se em virtude da necessidade de atender eventos realizados como: reuniões, treinamentos, cursos, palestras e demais eventos realizados pela subsecretaria de atenção básica, pelas áreas técnicas junto aos servidores da 05 (cinco) unidades básicas de saúde.

2.7. Dessa forma, a contratação ora pretendida se apresenta como necessária para compor os momentos de intervalo/pausa dos mencionados eventos de treinamento. Isso porque a oferta de lanches favorece a saúde física e o bem estar, promovendo o melhor rendimento da capacidade cerebral, além de contribuir para a maior interação entre os participantes.

- 2.8. **ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de lanches com objetivo de atender às demandas dos profissionais lotados na Estratégia de Saúde da Família nos eventos institucionais, trabalhos de capacitações, reuniões (reuniões socioeducativas, oficinas, atividades lúdicas, culturais e sociais), reuniões prolongadas e palestras; a fim de garantir saúde e bem-estar de funcionários e convidados palestrantes.
- 2.9. **PROGRAMA MELHOR EM CASA:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de lanche que serão servidos em seminários, palestras, cursos, capacitações, reuniões e outros eventos a áreas técnicas, Programa Melhor em Casa, pertinentes a Subsecretaria Atenção Básica pelo período de 12 meses.
- 2.10. **SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA/IMUNIZAÇÃO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de kit lanches e quentinhas. O quantitativo requisitado atenderá as demandas das campanhas de vacinação (prevista pelo MS 04 campanhas anuais), as ações extra-muro (realizadas nas escolas, rodoviárias, shopping, vazios sanitários...), ações itinerantes nas Estratégias de Saúde da Família e capacitações para as equipes de salas de vacinas. Referente ao período de 12 (doze) meses.
- 2.11. **SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE/SETOR DE PROMOÇÃO DE SAÚDE:** Temos 2 campanhas anuais sobre prevenção ao tabaco, 2 eventos dos bolsa família no ano, 1 vez por mês ações do PVAN e 7 ações intersetoriais do Programa Saúde na Escola até o final do ano de 2025 O setor totaliza uma equipe de 6 pessoas e parceiros que movimentam as ações em união aos projetos, sendo esses institutos de ensino do município além de outras secretarias com média de 20 colaboradores. A carga horária dos eventos geralmente é de 6 à 8 horas sendo assim, há a necessidade de aquisição de lanches (REQUISIÇÃO SOB DEMANDA) para o fornecimento durante as ações promovendo assim, a adesão dos profissionais aos eventos realizados.
- 2.12. **SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE/VIGILÂNCIA AMBIENTAL:** Campanha de Vacinação Antirrábica Animal (Dia D) e itinerante na área rural. A campanha tem previsão de ocorrer entre julho e dezembro de 2025. A serem realizadas em 53 localidades. A itinerante ocorre com 03 agentes de segunda à sexta, totalizando 30 lanches por semana, uma vez que serão destinados 2 lanches por agente, pois nessas localidades onde haverá as ações, são em área rural do município. Assim há necessidade de 600 lanches, pois ocorrerá no período de 06 meses. Além da vacinação itinerante, ocorre na área urbana o dia D, em 45 localidades urbanas, com previsão de 03 sábados com 150 agentes em cada sábado, totalizando a necessidade de 450 lanches, sendo dois para cada agente (150 agentes x 2 lanches x 3 dias). Total de lanche = 900. Haverá Mutirão de Controle às Arboviroses, contando com 100 agentes em 12 meses, totalizando 1200 lanches. Para o Dia D, serão necessárias 600 quentinhas, pois serão 150 Agentes em 4 sábados. Realização de pelo menos 04 semanas de treinamento para educação permanente e nivelamento técnico da equipe, a ser realizado de acordo com o planejamento da gestão com apoio da secretaria de estado e saúde, durante o ano, com estimativa de participação de aproximadamente 50 pessoas. Sendo necessário 02 lanches por agente em cada dia, 1 na parte da manhã e outro no período da tarde totalizando 2000 lanches (2x50 (agentes) x 20 (dias) = 2000 unidades de cada item para montagem do kit) a serem montados pelo setor requisitante com os itens descritos no Lote I.
- 2.13. **SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE/PROGRAMA IST/AIDS/HEPATITE:** Considerando que temos 4 Campanhas anuais de Prevenção às IST/AIDS/Hepatites, e durante esse período realizamos pelo menos 1 treinamento, em cada campanha, para atualização de todos os profissionais da rede, com a

estimativa de cerca de 100 profissionais por capacitação. Além disso, anualmente, durante todo o Carnaval, a equipe do programa (cerca de 10 funcionários) realiza a prevenção das IST/AIDS.

2.14. SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE/VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Considerando que temos programação de 04 Capacitações de educação em saúde sanitária anuais de setor regulado e público geral. A requisição será realizada sob demanda, já que tal insumo só será solicitado mediante o agendamento de campanhas e treinamentos.

2.15. SUBSECRETARIA DE POLÍTICA SOBRE DROGAS: O Programa Famílias Fortes é originário de um programa desenvolvido pela Escola de Saúde e Assistência Social em Oxford Brookes University, em Oxford, Reino Unido. O impulso para o desenvolvimento veio na sequência de um estudo de investigação científica de alta qualidade, nos Estados Unidos.

O objetivo geral visa o bem estar dos membros da família a partir dos fortalecimentos de vínculos familiares e do desenvolvimento de habilidades sociais. Vale ressaltar que o objetivo norteador do programa não é a difusão do conhecimento a respeito de Drogas ou a conscientização do saber sobre Drogas. Ele se encontra em fortalecer fatores de proteção que possam estar envolvidos neste contexto, para o público-alvo de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos e sua família.

A Subsecretaria pretende lançar um Projeto Piloto escolhendo 5 (cinco) famílias com perfil para a proposta, sendo este desenvolvido no espaço da própria Subsecretaria e com possibilidade de avançar até o número total de 10 (dez) famílias por bloco de Projeto.

2.16. CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE: O Conselho Municipal efetua reuniões ordinárias 01 vez por mês e às vezes temos reuniões extraordinárias. Dando um total de 17 reuniões por ano, sendo 12 já agendadas e 05 extraordinárias.

2.17. O quantitativo dos materiais indicados no presente feito visa suprir a demanda das Unidades pelo período de 01 (um) ano e se dará através do sistema de registro de preços. Importante observar, que o quantitativo total apresentado pelas Unidades Requisitantes concerne a uma estimativa de consumo, trata-se de um número variável e não absoluto. É certo que o sistema de registro de preços não vincula a obrigatoriedade do esgotamento da Ata registrada, mas tão somente a solicitação do quantitativo necessário e conveniente ao Requisitante, não havendo nesse sentido quaisquer prejuízos à Administração.

2.18. As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicados pelas equipes técnicas das Unidades Requisitantes, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas em seus anexos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. Aquisição, sob demanda, de lanches e quentinhas, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde pelo período de 01 (um) ano, através da realização de certame licitatório, a fim de determinar o fornecimento do material pelo menor preço unitário com a adoção do Sistema de Registro de Preços, de forma mais econômica possível à administração.

3.2. Trata-se de um material indispensável e essencial à rotina e atividades diárias das unidades de saúde. A aquisição a contratar é enquadrada como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado. Pela utilização

do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31/03/2023, refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3.3. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes. Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, VIA REGISTRO DE PREÇO, PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO TIPO MENOR VALOR GLOBAL POR LOTE, para possibilitar a competitividade aos participantes. Dessa forma assegurando maior economicidade na aquisição.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratada deverá cumprir o objeto do presente estritamente de acordo com o apresentado no Termo de Referência, em específico:

- 4.1.1. Atender às solicitações nos prazos estipulados.
- 4.1.2. Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas Unidades Requisitantes.
- 4.1.3. Entregar o material nos horários e locais estabelecidos no Termo de Referência.
- 4.1.4. Substituir os produtos entregues, caso se apresentem impróprios para consumo.
- 4.1.5. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.
- 4.1.6. Cumprir o objeto do presente estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação, em especial as RDC's, Resoluções e Portarias citadas no item 08 deste ETP.

4.2. SUSTENTABILIDADE:

- 4.2.1. *Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*
- 4.2.2. A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distritais e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.
- 4.2.3. A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, a Resolução RDC ANVISA 182, de 2017, alterada pela RDC 331/2019 e Resolução RDC 173/2006 – bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis;
- 4.2.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4.2.5. Caberá à Contratada fornecer todo o material descartável necessário ao consumo dos alimentos, tais como talheres, guardanapos, copos e/ou canudos descartáveis.
- 4.2.6. A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado, o prazo de validade dos produtos que serão preparados.



- 4.2.7. Os demais produtos deverão ter o prazo de validade descrito nas embalagens individuais, nos termos da legislação vigente.
- 4.2.8. As frutas, devidamente higienizadas, deverão ser de boa qualidade, sem lesões, manchas, amassados ou qualquer outro indício de má qualidade ou mal estado de conservação.
- 4.2.9. AS REFEIÇÕES DEVERÃO SER PREPARADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATADA.
- 4.2.10. Os alimentos deverão ser preparados de acordo com a legislação vigente e a utilização de insumos de primeira qualidade.
- 4.2.11. Ocorrendo fato novo, decorrente de força maior ou de caso fortuito, fica a critério da Contratante modificar o horário para a entrega dos alimentos, o qual deverá ser comprovadamente informado à Contratada.
- 4.2.12. DO TRANSPORTE
- 4.2.13. As embalagens utilizadas para o acondicionamento, quanto para o transporte deverão garantir a qualidade dos alimentos, sem alteração de suas características físicas, físico-químicas ou microbiológicas.
- 4.2.14. Durante o processo de entrega das refeições, os alimentos deverão estar devidamente acondicionados em recipientes climatizados, de forma a garantir a temperatura e conservação dos produtos.
- 4.3. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 41, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021):
- 4.3.1. Não Cabe.
- 4.4. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:
- 4.4.1. Não Cabe.
- 4.5. DA VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA/PRODUTO:
- 4.5.1. Não Cabe.
- 4.6. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:
- 4.6.1. Não Cabe.
- 4.7. NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.
- 4.8. DA GARANTIA EXIGIDA E OFERTADA:
- 4.8.1. A Contratada deverá prestar garantia conforme disposto no art. 26 da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, conforme conveniência e necessidade da Unidade Requisitante.
- 5.2. Estimativa de consumo e locais de entrega:
- 5.2.1. As Unidades da Rede Municipal de Saúde que serão contempladas por tal aquisição serão arroladas na tabela abaixo:

5.2.2. Os locais de entrega estão dispostos na tabela abaixo:

UNIDADES REQUISITANTES	ENDEREÇO
MELHOR EM CASA	Rua Fernando Bizzoto, Nº72, Lojas 01, 02, E 03, Salão Comercial E 01 Sala - Centro, Nova Friburgo/RJ.
CEREST	Rua Souza Cardoso, nº 62, Centro, Nova Friburgo/RJ.
VIGILÂNCIA	Rua Augusto Cardoso, nº 62, Centro, Nova Friburgo/RJ.
DIV. DE VIG. FISC. SANITÁRIA	Av. Euterpe Friburguense, 93, Centro, Nova Friburgo/RJ.
ATENÇÃO BÁSICA.	Avenida Rui Barbosa, nº161, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP nº 28.605-050.
ESF	Avenida Rui Barbosa, nº161, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP nº 28.605-050.
SUBSECRETARIA DE POLÍTICA SOBRE DROGAS	Praça Getúlio Vargas, nº92 – 1º andar – Centro – Nova Friburgo/RJ.
HEMOCENTRO REGIONAL DE NOVA FRIBURGO;	Rua General Osório nº 324, Centro - Nova Friburgo/RJ;
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	Rua Augusto Cardoso, nº. 62, Centro, Nova Friburgo/RJ

- Horários: Segunda a Sexta, das 09h às 16h, respeitando o horário de almoço entre 12h às 13h.

Obs. 1: Considerando que a Subsecretaria de Atenção Básica utiliza os lanches e quentinhas para consumo em eventos específicos cujo endereço pode variar, a contratada será informada com antecedência pelos fiscais sobre o quantitativo e endereço a ser entregue naquela ocasião.

Obs. 2: Os itens deverão ser entregues diretamente nas dependências do HEMOCENTRO, conforme solicitação do responsável. As entregas serão programadas diariamente, de segunda a sexta-feira, das 6h45 às 7h30, podendo também ocorrer em datas excepcionais, como campanhas em feriados ou finais de semana. Dependendo da demanda da unidade, poderão ser realizadas múltiplas entregas ao longo do dia.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo

de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21).

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.11. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.12. O(s) fiscal (is) do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13. O(s) fiscal (is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. As NOTAS FISCAIS deverão ser EMITIDAS em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

7.2. DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA:

7.2.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2.493, de 07 de novembro de 2023 e o Decreto nº 3.116 de 18 de Setembro de 2024, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.2.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.3. DO PAGAMENTO DA DESPESA:

7.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.3.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.3.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.



8. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.11.1. **Habilitação Jurídica:**

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



- B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- K) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.11.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 8.11.1.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.11.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.11.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.11.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.11.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.11.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.11.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.11.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.12 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.12.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.12.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas

ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.12.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.13 Qualificação Econômico-Financeira:

8.13.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.13.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.13.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.13.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.13.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.13.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.13.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.13.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.13.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.13.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.13.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.13.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.13.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.14 Qualificação Técnica:

8.14.1 CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

8.14.1.1 - Certidão de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Nutrição – CRN, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede. (art. 67, inc, V da Lei 14.133/21)

8.14.1.2 - Caso a empresa seja apenas fornecedora, deverá comprovar que a empresa responsável pela produção possui o respectivo registro.

8.14.1.3 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. (art. 67, inc. II da Lei 14.133/21)

8.14.1.4 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.14.1.5 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



8.14.1.6 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.14.2 CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

8.14.2.1 - Apresentação de profissional, responsável técnico, devidamente registrado pelo Conselho Regional de Nutrição, para fins de contratação com a comprovação de pertencer ao quadro permanente do licitante, conforme abaixo: (art. 67, inc. I, Lei 14.133/21)

a) A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

b) Carteira de Trabalho;

c) Certidão do CRN;

d) Contrato Social;

e) Contrato de prestação de serviços;

f) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

g) Termo, por meio do qual o(s) profissional(is) assumam a responsabilidade técnica pelo serviço licitado e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

8.14.2.2 - Caso a empresa seja apenas fornecedora, deverá comprovar que a empresa responsável pela produção possui o respectivo profissional responsável técnico.

8.14.2.3 Apresentar a(s) Certidão(ões) de Registro de Pessoa Física com a regularidade do(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante junto ao Conselho Regional de Nutrição - CRN, dentro de seu prazo de validade.

8.14.2.4 - Caso a empresa seja apenas fornecedora, deverá comprovar que o responsável técnico da empresa responsável pela produção possui o respectivo registro.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1. DA CONTRATADA:

9.1.1. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;



- 9.1.2. Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- 9.1.3. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- 9.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- 9.1.6. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- 9.1.7. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.8. manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- 9.1.9. A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- 9.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- 9.1.11. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- 9.1.12. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- 9.1.13. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- 9.2. DA CONTRATANTE:
 - 9.2.1. Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
 - 9.2.2. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;



- 9.2.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- 9.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- 9.2.5. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.2.6. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 9.2.7. Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- 9.2.8. Demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.2. Comete infração administrativa a contratada que:

- 10.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.4.1. Advertência;

10.4.2. Multa;

10.4.3. Impedimento de licitar e contratar;

10.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.6. Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.7. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8. Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.11. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.13. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 431.670,61 (quatrocentos e trinta e um mil, seiscentos e setenta reais e sessenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

GESTÃO/UNIDADE:	PROGRAMA DE TRABALHO:	FONTE DE RECURSOS:	ELEMENTO DE DESPESA
SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA	30001.103010083.2.193	1600	33.90.30.36
ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA	30001.10.301.00832.2.194		
PROGRAMA MELHOR EM CASA	30001.10.302.0083.2.199		
SUB. VIG. EM SAÚDE	30001.10.305.00862.208		
VIG. EM SAÚDE (DIVISÃO DE VIG. E FISC. SANITÁRIA).	30001.10.304.0086.2.209		
CEREST	30001.10.302.00862.212		
SUBSECRETARIA DE POLÍTICA SOBRE DROGAS	21001.0412200012.002		
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	30001.10.122.0082.2.192		
HEMOCENTRO REGIONAL DE NOVA FRIBURGO	30001.10.302.0085.2.207		

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica desta Secretaria Municipal de Saúde.

Nova Friburgo/RJ, 19 de Agosto de 2025.

GESTOR:
<p>Eduardo da Costa Mendonça de Melo</p> <p>Matr.: 063.345</p>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo O
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Saúde
Matr.: 063.454